e 11 do CPC/2015. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso e, de ofício, reformou-se a sentença, nos termos do voto do Relator.

018. APELAÇÃO 0097262-11.2012.8.19.0038 Assunto: Guarda / Relações de Parentesco / Família / DIREITO CIVIL Origem: NOVA IGUACU 3 VARA DE FAMÍLIA Ação: [0097262-11.2012.8.19.0038](#) Protocolo: 3204/2017.00708577 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 **Relator: DES. MARIANNA FUX** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

019. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0073524-35.2017.8.19.0000 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: OCEANICA REGIONAL NITEROI 1 VARA CIVEL Ação: [0011656-02.2017.8.19.0212](#) Protocolo: 3204/2017.00716817 - AGTE: HAYASA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMOTORES LTDA ADVOGADO: OTAVIO BEZERRA NEVES OAB/RJ-059709 ADVOGADO: JOSÉ CRESCÊNCIO DA COSTA JUNIOR OAB/RJ-068403 AGDO: BANCO PAN SA **Relator: DES. MARIANNA FUX** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ALEGAÇÃO DE REGISTRO DE GRAVAME EFETUADO SOBRE VEÍCULO DECORRENTE DE COMPRA E VENDA QUE NÃO SE CONCRETIZOU. DECISÃO INDEFERINDO, POR ORA, A TUTELA ANTECIPADA. RECURSO DO AUTOR. 1. A empresa autora requereu a tutela antecipada para que seja efetuada a baixa do gravame em veículo de sua propriedade, haja vista a ausência de repasse de valor relativo a contrato de alienação fiduciária entabulado entre a instituição financeira agravada e terceiro, sendo certo ter alegado que a venda do veículo, que originou o mencionado pacto, restou frustrada, pelo que incabível a manutenção da referida restrição. 2. Em análise rasa do feito, a alegação de que o gravame registrado sobre o veículo pertencente à agravante, sem o correspondente repasse do valor, não foi verificada, tratando-se de questão controvertida que demandará adequada dilação probatória, a fim de que as partes possam comprovar suas alegações, notadamente quanto à ausência de transferência da quantia. 3. Baixa do gravame que possibilitará a venda do bem a terceiro de boa-fé e configuraria a irreversibilidade da medida, revelando-se imprescindível o contraditório. 4. Salienta-se que o indeferimento se deu, apenas, por ora, para possibilitar o contraditório, sendo que eventual mudança nos elementos poderá legitimar nova decisão pelo juízo a quo. 5. Incidência do enunciado de súmula nº 59 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, segundo o qual somente se reforma a decisão concessiva ou não da antecipação de tutela, se teratológica, contrária à lei ou à evidente prova dos autos, o que não se verifica no caso concreto. 6. Recurso desprovido. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

020. APELAÇÃO 0138406-37.2016.8.19.0001 Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 11 VARA FAZ PUBLICA Ação: [0138406-37.2016.8.19.0001](#) Protocolo: 3204/2017.00708558 - APELANTE: BANCO PAN S A ADVOGADO: ADRIANA TERESA CATHARINA DE ALENCAR PASSARO OAB/RJ-207604 APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MARIANNA FUX** Ementa: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. EXERCÍCIOS 2011 A 2014. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO POR SE CONSTITUIR COMO MERA MUTUANTE DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA CUJA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DO VEÍCULO, COM BAIXA NO GRAVAME, SE DEU EM DATA ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. SENTENÇA PROFERIDA PARA RECONHECER, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM RELAÇÃO AO CRÉDITO REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2011, COM BASE NA REMISSÃO ESTABELECIDA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.068/2015, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO COM RELAÇÃO AOS DEMAIS CRÉDITOS. APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. 1. Hipótese que não se trata de reexame necessário, não incidindo nos casos previstos pelo art. 496 do CPC, na medida em que os embargos à execução fiscal não foram acolhidos pelo magistrado a quo. 2. O efeito devolutivo da apelação somente permite que o órgão ad quem aprecie o capítulo da sentença impugnado, conforme art. 1.013, caput, do CPC. 3. Não houve recurso quanto ao capítulo da sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, com relação ao crédito tributário referente ao exercício de 2011, estando a decisão preclusa neste ponto, com força de coisa julgada. 4. A Certidão de Dívida Ativa (CDA) goza de presunção de liquidez e certeza, sendo esta relativa, podendo ser ilidida pelo executado por meio de embargos à execução, consoante disposição do art. 3º, caput e parágrafo único, da Lei de Execução Fiscal e do art. 204 do Código Tributário Nacional. 5. O instituto da alienação fiduciária se constitui como direito real de garantia por meio do qual o credor é investido da qualidade de proprietário fiduciário da coisa enquanto o devedor permanece em sua posse direta até o cumprimento da obrigação assumida. 6. Ante a ausência de prova dos fatos alegados, tendo em vista que o embargante sequer colacionou aos autos o mencionado contrato com cláusula de alienação fiduciária, tampouco a cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), além de constar como proprietário do bem no sistema do DETRAN-RJ, a sentença deve ser mantida, estando de acordo com o que dispõe o art. 2º da Lei Estadual nº 2.877/1997, in verbis: "Contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica proprietária do veículo automotor". Precedentes: [0046597-32.2017.8.19.0000](#) - Agravo de Instrumento - Des(a). Carlos José Martins Gomes - Julgamento: 24/11/2017 - 16ª Câmara Cível; [0165211-27.2016.8.19.0001](#) - Apelação - Des(a). Guaraci de Campos Vianna - Julgamento: 29/11/2017 - 19ª Câmara Cível. 7. O ajuizamento da execução fiscal se deu em 04/02/2016, após a entrada em vigor da Lei Estadual nº 7.068/2015, que concedeu a remissão ao crédito de IPVA referente ao exercício de 2011, razão pela qual subsiste a condenação do embargado ao pagamento dos honorários advocatícios em razão da extinção do feito neste ponto. 8. Tendo em vista a condenação de ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios à parte adversa por situações distintas e o desprovemento dos recursos interpostos nestes autos de embargos à execução fiscal, as referidas condenações devem ser majoradas ao percentual de 12% sobre as bases de cálculo estabelecidas na sentença, nos termos do art. 85, § 11, do CPC. 9. Recursos desprovidos. Majoração da condenação de ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento aos recursos e majorou-se os honorários sucumbenciais, nos termos do voto do Relator.

021. APELAÇÃO 0246356-08.2016.8.19.0001 Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL CARTORIO ELETRONICO DA 12 VARA FAZ PUBLICA Ação: [0246356-08.2016.8.19.0001](#) Protocolo: 3204/2017.00710983 - APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: JOSE ALFREDO FERRARI SABINO APELADO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PROC. MUNIC.: NIDIA CALDAS FARIAS LOPES **Relator: DES. MARIANNA FUX** Funciona: Ministério Público Ementa: DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE RECIPROCIDADE DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. TCDL (TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO) E DEVER DE O MUNICÍPIO RECOLHER A TAXA JUDICIÁRIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO DO ESTADO. 1. A imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, abrange somente os impostos, sendo estendida a imunidade do Estado do Rio de Janeiro, quanto às taxas e contribuições, por intermédio de Lei Municipal. 2. A Lei nº 5.261/2011, que concedeu a imunidade supracitada, não poderá alcançar os créditos discutidos nos autos da execução fiscal nº 0496382-94.2014.8.19.0001, eis que constituídos em 2010, portanto, antes da vigência do texto legal. A isenção tributária concedida não poderá retroagir, devendo